



**Município de Arcos de Valdevez**  
**Câmara Municipal**

---

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADJUDICAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO TRABALHO

**Valor base: 11.883,78 Euros**

---

**Caderno de Encargos**

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro  
(Código dos Contratos Públicos)

## **Caderno de Encargos**

<b>CADERNO DE ENCARGOS .....</b>	<b>2</b>
Secção I – Disposições gerais .....	2
Cláusula 1ª - Objeto .....	2
Cláusula 2ª - Local de Prestação de Serviços de Saúde no Trabalho .....	2
Cláusula 3ª - Obrigações do prestador de serviços.....	2
Cláusula 4.ª - Prazo de prestação de serviços.....	3
Cláusula 5ª - Objeto do dever de sigilo .....	3
Cláusula 6.ª - Forma de apresentação do trabalho.....	3
Cláusula 7.ª - Forma de prestação do serviço.....	3
Cláusula 8.ª - Condições de Pagamento .....	3
Cláusula 9.ª - Penalidades contratuais .....	4
Cláusula 10.ª - Força Maior .....	4
Cláusula 11.ª - Patentes, Licenças e Marcas registadas .....	4
Cláusula 12.ª - Rescisão do Contrato .....	5
Cláusula 13.ª - Garantia .....	5
Cláusula 14.ª – Seguros .....	5
Cláusula 15.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual .....	5
Cláusula 16.ª - Legislação aplicável .....	5
SECÇÃO II - Cláusulas Técnicas .....	6
Cláusula 17.ª - Área de Intervenção .....	6
Cláusula 18.ª - Caracterização das carreiras profissionais .....	6
Cláusula 19.ª - Estudos e qualificações .....	7
Cláusula 20.ª - Objetos específicos.....	7
Cláusula 21ª - Exames de saúde .....	8
Cláusula 22ª - Médico do trabalho.....	9
Cláusula 23ª - Exames complementares .....	9
Cláusula 24ª - Informação e Sensibilização dos funcionários no âmbito da Saúde no Trabalho.....	10
Cláusula 25ª - Organização dos Elementos Estatísticos.....	10
Cláusula 26ª - Relatório de Atividades .....	10
Cláusula 27ª - Pessoal.....	10
Cláusula 28ª - Fiscalização .....	10
Cláusula 29ª - Horário de Trabalho .....	11

## CADERNO DE ENCARGOS

### Secção I – Disposições gerais

#### **Cláusula 1ª - Objeto**

1. O presente procedimento tem por objeto a prestação de serviço de Saúde no Trabalho, aos trabalhadores do Município de Arcos de Valdevez, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na secção II deste caderno de encargos.
2. O presente caderno de encargos contém as cláusulas jurídicas e técnicas, aplicáveis a prestação de serviços de Saúde no Trabalho. Em tudo o omissa, observar-se-á o disposto na legislação em vigor.

#### **Cláusula 2ª - Local de Prestação de Serviços de Saúde no Trabalho**

1. Os serviços objeto do presente procedimento serão prestados nos locais do Município onde os funcionários exerçam serviços, nomeadamente no Edifício dos Paços do Concelho, Casa das Artes, Centro Municipal de Informação e Turismo, Piscinas Municipais, Pavilhão Municipal, Armazéns Municipais, Mercado Municipal, Centro de Formação e Exposições, Escolas do Município e outros espaços onde são realizados trabalhos no exterior.
2. O local de prestação dos serviços de saúde no trabalho (consulta e exames médicos) tem de ser no Concelho de Arcos de Valdevez, nas instalações próprias do Município (Edifício Paços do Concelho).

#### **Cláusula 3ª - Obrigações do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:
  - a) garantir o serviço de saúde o trabalho nos termos da legislação aplicável, devendo o mesmo ser presencialmente assegurado no Município, durante o número de horas necessários à realização dos atos médicos, de rotina ou de emergência, e outros trabalhos que deva coordenar, de acordo com o definido na legislação em vigor. O médico de trabalho deverá afetar parte do seu tempo de trabalho para efeito de conhecimento dos componentes materiais do trabalho, observando os limites definidos na Lei. O Município tem cerca de 300 trabalhadores, pelo que, o médico do trabalho deve ser coadjuvado por um enfermeiro com formação adequada;
  - b) O prestador de serviços deve disponibilizar Técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho que permitam apoiar e esclarecer eventuais questões na avaliação dos riscos;
  - c) O prestador de serviços deve ter capacidade para realizar testes ou exames de controlo do consumo de álcool nos trabalhadores do Município, com periodicidade trimestral, tendo em conta o definido no Regulamento Municipal de Segurança e Saúde no Trabalho;
  - d) O prestador de serviços deve possuir autorização da Direção Geral da Saúde para a prestação de serviços de medicina no trabalho, designadamente para:
    - i) Trabalhos em obra de construção, escavação, movimento de terras, de túneis, com riscos de quedas de altura ou de soterramento, demolição e intervenção em ferrovias e rodovias sem interrupção de tráfego;
    - ii) Atividades que envolvam a utilização ou armazenagem de produtos químicos perigosos suscetíveis de provocar acidentes graves;
    - ii) Atividades que envolvam contacto com correntes elétricas de média e alta tensões;
    - iii) Atividades que impliquem a exposição a agentes cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução;
    - iv) Atividades que impliquem a exposição a agentes biológicos.

v) A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário a perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup> - Prazo de prestação de serviços**

1. A prestação de serviço deverá ser integralmente realizada no prazo de um ano, a contar da data de assinatura do contrato.

2. A prestação de serviços será realizada de acordo com o programa de trabalhos aprovado, tendo em consideração que o adjudicatário deve dar continuidade e atualizar o trabalho de levantamento, avaliação e diagnóstico das condições de trabalho, e subsequentemente, de planeamento e prescrição de ações preventivas e corretivas no âmbito de Saúde no trabalho, de acordo com o trabalho de diagnóstico e com quadro legal em vigor.

#### **Cláusula 5<sup>a</sup> - Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer use ou modo de aproveitamento que não o destinado de reta e exclusivamente a execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público a data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup> - Forma de apresentação do trabalho**

Relativamente à prestação de serviço de saúde no trabalho, mensalmente, será apresentado um relatório do trabalho desenvolvido, identificando as atividades realizadas e os atrasos caso existam, relativamente ao programa de trabalhos estabelecido.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup> - Forma de prestação do serviço**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviço fica obrigado a manter, com uma periodicidade trimestral, reuniões de coordenação com os representantes do Município, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação por parte do Município, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

3. O prestador de serviços fica obrigado a apresentar a entidade adjudicante, com uma periodicidade máxima semestral, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

4. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.

5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup> - Condições de Pagamento**

1. O pagamento do encargo da prestação de serviços será efetuado pelo Município mensalmente, sendo que as faturas só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas.

2. Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder a emissão de nova fatura corrigida.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup> - Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município reserva-se o direito de exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar, nos seguintes termos:

$$P = V \cdot A / 365$$

Em que:

P, corresponde ao montante da penalidade;

V, é igual ao valor do contrato de prestação de serviços correspondente ao período de um ano; e

A, é o número de dias em atraso.

2. A pena pecuniária prevista na presente cláusula não obsta que o Município exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> - Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior

### **Cláusula 11.<sup>a</sup> - Patentes, Licenças e Marcas registadas**

1. Serão inteiramente por conta do adjudicatário os encargos e responsabilidades da utilização de quaisquer patentes, licenças, marcas registadas ou outros direitos de propriedade industrial ou comercial.

2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

### **Cláusula 12.<sup>a</sup> - Rescisão do Contrato**

1. Este Município poderá decidir a rescisão do contrato, além dos casos previstos na legislação em vigor, nos casos a seguir indicados:

- a) Quando o adjudicatário não cumpra integralmente as condições e obrigações do presente procedimento (programa de concurso e caderno de encargos);
- b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às exigências e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário, que no seu conjunto ficará anexa ao contrato, dele fazendo parte integrante;
- c) Quando o adjudicatário não cumprir integralmente as condições e obrigações estabelecidas contratualmente, considerando-se incumprimento definitivo quando o adjudicatário não realize o fornecimento até 30 dias úteis após o prazo estabelecido;
- d) A rescisão motivará perda do depósito de garantia e constitui um direito que a Câmara Municipal exercerá definitivamente.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - Garantia**

O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, os serviços fornecidos, pelo prazo indicado na proposta.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> – Seguros**

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:

- a) Seguros de acidentes de trabalho;
- b) Seguros de responsabilidade civil pela atividade exercida.

2. O Município pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 10 dias.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup> - Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup> - Legislação aplicável**

Em tudo o omissa no presente Caderno de encargos será observado o disposto no Código dos contratos públicos e demais legislações aplicáveis.

## SECÇÃO II - Cláusulas Técnicas

### Cláusula 17.<sup>a</sup> - Área de Intervenção

1. A área de intervenção da prestação de serviços corresponderá ao Município de Arcos de Valdevez, conforme referido no artigo 2º das cláusulas jurídicas do presente caderno de encargos.
2. O número de trabalhadores abrangidos na presente prestação de serviço é o seguinte:

Trabalhadores	Número
Com menos de 18 anos de idade	0
Com idade compreendida entre 19 a 49 anos	125
Com mais de 50 anos de idade	175
<b>Nota:</b> 20 do total de colaboradores do município desenvolve atividades consideradas de risco.	

Por forma a dar resposta ao disposto no art.º105 da Lei 102/2009, de 10 de setembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº 3/2014 de 28 de janeiro, será necessária uma intervenção de 16h/mês do médico de Medicina no trabalho.

3. A entidade adjudicante obriga-se a:

- a) Comunicar ao adjudicatário, no início da prestação do serviço, o número de trabalhadores atualizado;
- b) Comunicar ao adjudicatário as novas admissões e as necessidades de exames ocasionais, com a maior brevidade possível.

### Cláusula 18.<sup>a</sup> - Caracterização das carreiras profissionais

1. O quadro seguinte faz referência à caracterização das categorias profissionais referentes aos trabalhadores do Município objeto da presente prestação de serviços:

CARREIRAS	CATEGORIAS	CONTEÚDO FUNCIONAL
<b>TÉCNICO SUPERIOR</b>	<b>Técnico Superior</b>	<p>Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão.</p> <p>Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.</p> <p>Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado.</p> <p>Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.</p>

CARREIRAS	CATEGORIAS	CONTEÚDO FUNCIONAL
<b>ASSISTENTE TÉCNICO</b>	<b>Coordenador técnico</b>	<p>Funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável.</p> <p>Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e diretivas superiores.</p> <p>Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade.</p> <p>Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.</p>
	<b>Assistente técnico</b>	<p>Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.</p>
<b>ASSISTENTE OPERACIONAL</b>	<b>Encarregado geral operacional</b>	<p>Funções de chefia do pessoal da carreira de assistente operacional</p> <p>Coordenação geral de todas as tarefas realizadas pelo pessoal afeto aos setores de atividades sob sua supervisão.</p> <p>Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob a sua coordenação.</p> <p>Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.</p>
	<b>Assistente operacional</b>	<p>Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis.</p> <p>Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico.</p> <p>Responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.</p>

#### **Cláusula 19.ª - Estudos e qualificações**

- Os estudos a efetuar, os documentos a produzir, os serviços a prestar e os dispositivos a fornecer, devem observar a legislação e as normas em vigor.
- O prestador de serviços tem que estar certificado pela Direção Geral de Saúde (DGS) para o exercício das atividades objeto deste procedimento, conforme referido na cláusula 3.ª.
- Os técnicos das respetivas equipas devem, também, ser devidamente qualificados para as tarefas em vista, para o que se exige as respetivas credenciações (Ex: especialidade medicina do trabalho, para os médicos).

#### **Cláusula 20.ª - Objetos específicos**

- A presente aquisição de serviços compreende todos os serviços de medicina no trabalho previstos na legislação em vigor, designadamente:

a) Desenvolver as atividades que estão expressas no artigo 98.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº 3/2014 de 28 de janeiro, no âmbito da saúde no trabalho, assim como o mencionado nas alíneas do n.º 2 do artigo 15.º;



- b) Obrigação de realizar todos os exames de saúde aos trabalhadores do Município de acordo com a legislação em vigor;
- c) Obrigação de realizar todos os atos médicos inerentes ao estipulado em b);
- d) Obrigação de informar no mais curto espaço de tempo, após consulta, o resultado da ficha de aptidão os Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho e Recursos Humanos;
- e) Obrigação de proceder a avaliação dos riscos de doenças profissionais de todos os trabalhadores do Município e entrega de cópia aos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho, bem como proceder à definição de exames auxiliares de diagnóstico por grupos de risco;
- f) Obrigação de visita aos locais de trabalho e elaboração de relatórios de visita em coordenação com os Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho.
- g) Garantir o apoio ao desenvolvimento de ações que visem a promoção da saúde;
- h) Garantir apoio técnico presencial no Município de acordo com a garantia mínima do serviço;
- i) Informação e formação permanente no âmbito da saúde no trabalho, adequada e suficiente aos trabalhadores tendo em conta as respetivas funções e posto de trabalho.
- j) Realização de Ações de Promoção para a Saúde, em colaboração com os Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho do Município.
- k) Promoção e vigilância da saúde, bem como a organização e manutenção dos registos clínicos e outros elementos informativos relativos a cada trabalhador.
- l) Informação e formação sobre os riscos para a segurança e saúde no trabalho, bem como sobre medidas de proteção e prevenção.
- m) Prestar toda a informação necessária para a Autoridade para as Condições do Trabalho ou Entidade Competente.
- n) O adjudicatário deverá garantir o equipamento e material necessário para a realização das consultas médicas.

#### **Cláusula 21ª - Exames de saúde**

1. Os exames de saúde a realizar, têm como objeto final a verificação da aptidão física e psíquica do trabalhador, para o exercício da sua profissão, bem como a sua repercussão dessa atividade na sua saúde, designadamente:

- a) Exames de admissão, antes do início da prestação de trabalho ou, se a urgência de admissão o justificar, nos 15 dias seguintes;
- b) Exames periódicos, anuais para os trabalhadores com idade superior a 50 anos e de 2 em 2 anos para os restantes trabalhadores;
- c) Exames ocasionais, sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente.
- d) No caso de necessidade e com o intuito de complementar a observação e formular uma opinião mais precisa sobre o estado de saúde do trabalhador, o médico do trabalho poderá solicitar exames complementares de diagnóstico ou pareceres médicos especializados.

2. O (s) médico (s) e o (s) enfermeiro (s) do trabalho devem conhecer os componentes materiais de trabalho com influência sobre a saúde dos trabalhadores desenvolvendo para este efeito a atividade no órgão ou serviço.

3. O adjudicatário terá de proceder à emissão das Fichas de Aptidão (face ao resultado do exame de admissão, periódico ou ocasional, o médico do trabalho deve, imediatamente na sequência do exame realizado, preencher uma ficha de aptidão e remeter uma cópia ao Presidente do Município de Arcos de Valdevez), de acordo com a legislação em vigor.

3. A realização das fichas clínicas para cada trabalhador, onde serão anotadas as observações clínicas relativas aos exames de saúde. Estas fichas estão sujeitas ao segredo profissional, só podendo ser facultadas às autoridades de saúde e aos médicos da Autoridade para as Condições de Trabalho, respeitando sempre a legislação relativa à Proteção de Dados Pessoais;

4. As fichas clínicas dos trabalhadores podem manter -se nas instalações do adjudicatário durante a vigência do contrato de prestação de serviços, findo o qual deverão ser colocadas num local a designar pela entidade adjudicante.

#### **Cláusula 22ª - Médico do trabalho**

1. O médico do trabalho deverá prestar o número de horas necessário à realização dos atos médicos conforme previsto na legislação em vigor;

2. A responsabilidade técnica da vigilância da saúde cabe, em qualquer caso, ao médico do trabalho, licenciado em Medicina, com especialidade de medicina no trabalho, reconhecida pela Ordem dos Médicos;

3. O serviço clínico terá que ser obrigatoriamente prestado pelo médico do trabalho;

4. O médico do trabalho, na realização dos exames de saúde, deve ser coadjuvado por um profissional de enfermagem com experiência adequada;

5. Os atos médicos "consultas" terão que ser previamente marcados com o Setor de Recursos Humanos, por escrito, com uma antecedência mínima de duas semanas;

6. Colaborar reciprocamente com o médico de família de cada trabalhador, relativamente ao tratamento de doenças detetadas nos exames de saúde;

7. Diagnosticar, caracterizar e participar todos os casos clínicos em que seja de presumir a existência de doença profissional, por parte de trabalhadores, no âmbito da legislação em vigor;

8. Estabelecer interligação com o Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho da Câmara Municipal em todas as situações que considere relevantes para a promoção da saúde dos trabalhadores;

9. Efetuar o respetivo encaminhamento e/ou tratamento de trabalhadores, aos quais sejam diagnosticados o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e/ou drogas ilícitas, podendo para o efeito solicitar a colaboração da Câmara Municipal;

10. Indicar outras funções que o trabalhador poderá desempenhar no caso de resultados de inaptidão nos exames de saúde realizados;

11. Colaborar em conjunto com a Câmara Municipal, sempre que solicitar, visitas aos postos de trabalho ou para a realização de reuniões que entenda necessária à sua presença.

#### **Cláusula 23ª - Exames complementares**

1. Serão realizados os seguintes exames, de acordo com as periodicidades definidas na cláusula anterior:

- ✓ Rastreio Visual através do Visioteat;
- ✓ Audiograma via aérea e óssea;
- ✓ Espirometria;
- ✓ Eletrocardiograma;
- ✓ Exames Biométricos: peso, altura, cálculo do IMC (Índice de Massa Corporal), perímetro abdominal, pulso e tensão arterial;
- ✓ Programa de controlo da vacinação;
- ✓ Análises Clínicas: Hemograma com plaquetas, VS, Ureia, Glicose, Creatinina, Colesterol Total, TGO, TGP e Urina II
- ✓ Avaliação do perfil psicológico.

2. Será realizado um programa de intervenção ao nível da prevenção de consumo de álcool nos locais de trabalho, para os trabalhadores expostos a riscos especiais, bem como um programa de intervenção na prevenção de riscos psicossociais para todos os colaboradores sugeridos pelo Município e/ou identificados pelo médico do trabalho, mediante avaliação do perfil psicológico.

#### **Cláusula 24ª - Informação e Sensibilização dos funcionários no âmbito da Saúde no Trabalho**

Constitui obrigação do adjudicatário a informação e formação permanente no âmbito da saúde no trabalho, adequada e suficiente aos trabalhadores tendo em conta as respetivas funções e posto de trabalho, tais como:

- a) A organização do serviço de saúde no trabalho;
- b) Medidas de proteção e prevenção;
- c) Prevenção de acidentes;
- d) Manipulação de equipamentos;
- e) Princípios básicos de higiene pessoal e profissional.

#### **Cláusula 25ª - Organização dos Elementos Estatísticos**

O adjudicatário deve manter organizados os seguintes elementos estatísticos, relativos à saúde no trabalho:

- a) Fichas de aptidão, relativas aos exames de admissão, periódicos e ocasionais;
- b) Fichas Clínicas, onde serão anotadas todas as observações clínicas relativas aos exames médicos, estando sujeita a regime de segredo profissional, podendo apenas ser facultada às Autoridades de Saúde e aos médicos da Inspeção Geral do Trabalho. Deverá ser entregue cópia da Ficha Clínica ao trabalhador, quando este deixar de prestar serviço na Câmara Municipal.
- c) Organização e manutenção dos registos clínicos e outros elementos identificativos relativos a cada trabalhador.

#### **Cláusula 26ª - Relatório de Atividades**

O adjudicatário obriga-se a elaborar os relatórios da atividade desenvolvida, de acordo com o definido na cláusula 7.ª.

#### **Cláusula 27ª - Pessoal**

1. Os serviços de saúde no trabalho devem ser dirigidos por técnicos com curso superior e formação específica, nele integrada ou complementar, legalmente reconhecidos, no domínio da medicina do trabalho
2. A responsabilidade técnica da vigilância da saúde cabe, em qualquer caso, ao médico do trabalho, o qual deve ser licenciado em medicina com especialidade de medicina do trabalho reconhecida pela Ordem dos Médicos.
3. A entidade prestadora do serviço deverá ter 1 enfermeiro com experiência adequada, de acordo com a legislação em vigor.
4. Deverá ser discriminada pelo adjudicatário a lista de pessoal que estará afeto à prestação de serviços de saúde no trabalho, nomeadamente quantificação, qualificação profissional, currículos e respetivas competências.
5. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da prestação de serviços.

#### **Cláusula 28ª - Fiscalização**

1. Os serviços do Município de Arcos de Valdevez fiscalizarão toda a atividade do adjudicatário, no âmbito das condições impostas pelo presente Caderno de Encargos.
2. Para a realização desta tarefa, será designado um funcionário, com formação adequada para acompanhar a ação do adjudicatário.

**Cláusula 29ª - Horário de Trabalho**

1. A atividade dos serviços de saúde no trabalho deve ser assegurada, no horário de trabalho do Município de Arcos de Valdevez.

Arcos de Valdevez, **21 de julho de 2016.**

O Presidente da Câmara,

---

Dr. João Manuel do Amaral Esteves